Editora Soluçã
a solução para o seu concurso!

SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR - BAHIA

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO

- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Atualidades
- Conhecimentos Pedagógicos
- Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa
- Conhecimentos Específicos – Matemática
- Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza
- Conhecimentos Específicos – História/Geografia

MATERIAL DIGITAL
- Legislação Específica

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

COM BASE NO ÚLTIMO EDITAL

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português**: Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem,Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
https://www.editorasolucao.com.br/

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

SALVADOR-BA

Professor Educação Infantil ao 5º ano

SL-159AB-06
7901183006663

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido; Semântica 11
2. Morfologia 14
3. Processos de formação de palavras 18
4. Sintaxe 19
5. Concordância nominal e verbal 23
6. Transitividade e regência de nomes e verbos 25
7. Colocação pronominal 28
8. Mecanismos de coesão textual 29
9. Ortografia 30
10. Acentuação gráfica 32
11. Emprego da crase 33
12. Pontuação Estilística (figuras de linguagem) 34
13. Reescritura de frases 38
14. Variação linguística 40

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica e relações 49
2. Problemas aritméticos, geométricos e matriciais 58

Atualidades

1. Brasil e mundo (economia, política e relações exteriores) 67
2. Questão ambiental 67
3. Sociedade brasileira 72
4. Cultura brasileira 76
5. Estado da Bahia 79

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções contemporâneas de infância, criança e educação. Pedagogia da infância. Educação integral e desenvolvimento humano. Relação escola-família-comunidade 83
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Campos de experiências na Educação Infantil. Interações e brincadeira como eixos estruturantes. Ludicidade e culturas infantis. Organização dos tempos, espaços e materiais pedagógicos 86
3. Desenvolvimento infantil: aspectos motores, cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e socioemocionais. Processos de aprendizagem e desenvolvimento na infância 92
4. Alfabetização e letramento na perspectiva sociointeracionista. Consciência fonológica. Psicogênese da língua escrita (Emilia Ferreiro e Ana Teberosky). Oralidade, leitura, escrita e produção textual. Gêneros textuais. Práticas sociais de leitura e escrita. Formação de leitores. Literatura infantil. Multiletramentos, letramento digital e cultura digital 95

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

5. Educação matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Numeracia. Resolução de problemas e situações-problema. Educação estatística. Pensamento computacional nos Anos Iniciais e fundamentos da BNCC da Computação 99
6. Currículo, didática e avaliação: planejamento e organização do trabalho pedagógico. Currículo e interdisciplinaridade. Aprendizagem significativa. Metodologias ativas. Práticas investigativas. Projeto Político-Pedagógico. Avaliação diagnóstica, formativa e processual. Recomposição das aprendizagens e estratégias de intervenção pedagógica. Gestão da sala de aula, convivência escolar e mediação pedagógica 102
7. Inclusão e diversidade: educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Transtornos do neurodesenvolvimento e estratégias pedagógicas de acompanhamento das aprendizagens 105
8. Tecnologias e cultura digital: tecnologias digitais na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Cultura digital, inovação pedagógica e uso crítico, ético e responsável das tecnologias..... 108
9. Direitos humanos, relações étnico-raciais e sustentabilidade: educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Educação antirracista. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Diversidade sociocultural, identidade e contextos educacionais de Salvador e da Bahia. Sustentabilidade, educação ambiental e cultura de paz 112
10. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Educação, sociedade, cultura e trabalho. História da educação brasileira. Função social da escola pública 116
11. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas: pedagogia tradicional, escolanovista, construtivista, sociointeracionista, histórico-crítica e libertadora 119
12. Contribuições de autores e teóricos da educação, tais como Paulo Freire, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Emilia Ferreiro, Henri Wallon, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Cipriano Luckesi, Maurice Tardif e Philippe Perrenoud, para a aprendizagem, o currículo, a avaliação e a formação docente 121
13. Gestão democrática da educação. Projeto Político-Pedagógico. Planejamento educacional. Currículo e organização do trabalho pedagógico 124
14. Políticas públicas educacionais: Constituição Federal de 1988 (direito à educação)..... 127
15. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações 131
16. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 15.388/2026); regime de colaboração entre os entes federativos..... 150
17. Financiamento da educação básica: FUNDEB. Formação inicial e continuada de professores..... 155
18. Avaliação institucional e avaliação em larga escala: SAEB, IDEB, avaliações diagnósticas, monitoramento e indicadores educacionais. 158

Conhecimentos Específicos – Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: Análise, compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais, visuais e multissemióticos. Tema, ideia central, finalidade comunicativa e síntese textual. Informações explícitas e implícitas: pressupostos, subentendidos e inferências. Relações lógico-discursivas, construção de sentidos e efeitos de sentido no texto 165
2. Argumentação e organização discursiva: Tese, argumentos e contra-argumentos. Estratégias argumentativas. Operadores argumentativos e sua função no texto. Coerência argumentativa e progressão temática 166
3. Gêneros e tipologias textuais: Gêneros textuais e discursivos - características, funções sociais, suportes e contextos de circulação. Tipologias textuais: narração, descrição, dissertação, exposição, argumentação e injunção. Intertextualidade, paráfrase e paródia 174
4. Semântica e relações de sentido: Sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, polissemia e paronímia. Ambiguidade e homonímia. Denotação e conotação. Figuras de linguagem: metáfora, metonímia, ironia e outras 175
5. Coesão e coerência textual: Elementos de referenciação, substituição e Mecanismos de coesão lexical e gramatical; Progressão e articulação textual 175
6. Sequenciação textual; Relações lógico-discursivas: Causalidade, temporalidade, conclusão, comparação, finalidade, oposição, condição, explicação e adição; Conectores e articuladores textuais 175

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Variação linguística e norma-padrão: Níveis e variedades linguísticas. Norma-padrão e usos sociais da língua. Adequação linguística a diferentes contextos comunicativos 176
8. Oralidade e práticas discursivas Oralidade, escuta e interação comunicativa; Produção oral em diferentes gêneros; Oralidade literária 177
9. Análise linguística e gramática aplicada ao texto: Classes gramaticais e seus efeitos de sentido no texto. Flexões nominais e verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Colocação pronominal. Sintaxe da oração e do período. Ortografia oficial, acentuação gráfica e pontuação conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ... 180
10. Alfabetização, letramento e multiletramentos: Práticas de leitura e produção textual na perspectiva da alfabetização e do letramento. 180
11. Multiletramentos, letramento digital e educação midiática 181
12. Produção textual Produção de textos em diferentes gêneros. Planejamento, textualização, revisão e reescrita. Adequação discursiva e coerência textual; Leitura e produção de textos híbridos (verbais, visuais e multimodais). Cultura digital e práticas contemporâneas de linguagem 184
13. Literatura infantil brasileira: Formação do leitor literário. Mediação de leitura. Oralidade literária e experiências estéticas na infância 188

Conhecimentos Específicos – Matemática

1. Números naturais: significados, usos sociais e sistema de numeração decimal. Números inteiros: significados, representação e comparação. Números racionais: significados, representações fracionária e decimal, equivalência, comparação, ordenação e localização na reta numérica. Operações com números naturais, inteiros e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão. Cálculo mental, estimativa, uso de estratégias de verificação e resolução de problemas. Múltiplos e divisores. Divisibilidade e números primos. 197
2. Porcentagem e noções de proporcionalidade direta e inversa 212
3. Álgebra e pensamento algébrico: identificação de regularidades e padrões, sequências numéricas e figurativas, relações numéricas, introdução à linguagem algébrica e resolução de situações-problema. Expressões algébricas simples e equações do primeiro grau. Proporcionalidade como base do pensamento algébrico 214
4. Geometria: espaço, forma e localização. Descrição, interpretação e representação de deslocamentos de pessoas e objetos no espaço. Figuras geométricas planas e espaciais: características, propriedades, composição, decomposição, ampliação, redução e representações. Noções de simetria. Perímetro, área e volume e suas aplicações em situações cotidianas 223
5. Grandezas e medidas: procedimentos, instrumentos e sistemas de medida. Medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo, temperatura e sistema monetário brasileiro. Conversões entre unidades de medida. Escalas e proporcionalidade aplicadas a mapas, plantas e representações gráficas 234
6. Probabilidade e estatística (tratamento da informação): leitura, interpretação, construção e análise de tabelas, gráficos e diferentes formas de representação de dados. Média aritmética e noções de tendência central. Noções de probabilidade em experimentos aleatórios simples. Educação estatística e leitura crítica de informações 246
7. Educação financeira e consumo consciente: noções básicas de planejamento financeiro, orçamento, juros simples, descontos, organização de gastos e tomada de decisão em situações de consumo 251
8. Letramento matemático, raciocínio lógico, resolução de problemas, investigação matemática, argumentação e comunicação matemática 254
9. Recursos didáticos para o ensino de Matemática: jogos, materiais manipuláveis, tecnologias digitais, história da Matemática e metodologias ativas de ensino-aprendizagem 257
10. Pensamento computacional aplicado à resolução de problemas matemáticos: decomposição de problemas, reconhecimento de padrões, abstração e construção de algoritmos 262

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Conhecimentos Específicos – Ciências da Natureza

1. Vida, ambiente e sustentabilidade . Biodiversidade, preservação ambiental e sustentabilidade 271
2. Ambiente e seres vivos: características gerais, classificação e agrupamentos dos seres vivos, e relações ecológicas. Ecossistemas terrestres e aquáticos. Cadeias e teias alimentares. Fluxo de energia e equilíbrio ecológico 273
3. Ar atmosférico: composição, propriedades, importância da atmosfera e impactos ambientais 287
4. Água: composição, propriedades, estados físicos, ciclo da água, preservação, consumo consciente e crise hídrica 289
5. Solo: composição, formação, conservação, erosão, poluição e uso sustentável 291
6. Seres vivos: características gerais, adaptações e ciclos de vida. Animais e vegetais: reprodução, respiração, alimentação e relações com o ambiente. Fotossíntese, transpiração e importância ecológica das plantas 296
7. Ser humano e saúde: conhecimentos básicos sobre o corpo humano e funcionamento integrado dos sistemas do organismo 324
8. Alimentação saudável, higiene, vacinação, prevenção de doenças e promoção da saúde 363
9. Saúde física e mental, autocuidado, educação emocional, prevenção às violências e qualidade de vida. Aspectos biológicos, afetivos, sociais e culturais da sexualidade, com ênfase no autocuidado, respeito às diferenças e compreensão da sexualidade humana. 366
10. Matéria e energia: propriedades e transformações da matéria. Formas, fontes e transformações de energia 369
11. Recursos naturais, impactos ambientais e uso sustentável da energia 380
12. Resíduos e consumo sustentável: produção e descarte de resíduos, reciclagem, reaproveitamento, economia circular, logística reversa, consumo consciente e responsabilidade socioambienta 384
13. Ciência, tecnologia e sociedade: produção científica, investigação científica, observação, levantamento de hipóteses, análise de evidências e argumentação científica. 388
14. Educação científica e alfabetização científica 391
15. Tecnologias e seus impactos ambientais e sociais. Relações entre ciência, tecnologia, ambiente e sociedade 394
16. Mudanças climáticas, educação ambiental e cidadania ecológica 397
17. Ética ambiental e sustentabilidade 400
18. Terra e Universo: movimentos da Terra e da Lua, dia e noite, fases da Lua e observação do céu 402

Conhecimentos Específicos – História Geografia

1. Fundamentos da História e construção do conhecimento histórico: Fontes históricas, memória, patrimônio histórico-cultural e produção do conhecimento histórico. Noções de tempo histórico: duração, simultaneidade, anterioridade, posterioridade, permanências e transformações sociais 413
2. Formação da sociedade brasileira e diversidade cultural: Formação da sociedade brasileira: povos indígenas, africanos, europeus e imigrantes. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Educação das relações étnico-raciais. Diversidade cultural e construção da identidade brasileira 416
3. Lei nº 10.639/2003 419
4. Lei nº 11.645/2008 420
5. História do Brasil e da Bahia: Acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da História do Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano. História da Bahia e de Salvador: formação histórica, territorialidade, patrimônio cultural, culturas afro-baianas e manifestações culturais populares 420
6. Povos e comunidades tradicionais e direitos humanos: Direitos humanos, democracia e participação social. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos do campo e demais comunidades tradicionais: modos de vida, territorialidades e relações com o espaço 425
7. Alfabetização cartográfica e representação do espaço geográfico: Construção dos conceitos de espaço geográfico, território, paisagem, lugar e região. Alfabetização cartográfica nos anos iniciais: leitura, interpretação e produção de mapas, plantas e croquis. Escalas, legendas, coordenadas geográficas e orientação espacial 429

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

8. Geografia da sociedade e da natureza: Relações sociedade-natureza. Transformações naturais e ações humanas sobre o espaço geográfico. Educação ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas, preservação ambiental e cidadania socioambiental 441
9. Geografia contemporânea e organização do espaço: Espaço brasileiro: população, diversidade regional, urbanização, industrialização, relações campo-cidade, recursos naturais e desigualdades socioespaciais. Geografia contemporânea: mobilidade urbana, segregação socioespacial, dinâmicas urbanas atuais e questões socioespaciais emergentes 445
10. Espaço mundial e globalização: Espaço mundial: globalização, divisão internacional do trabalho, fluxos migratórios, diversidade cultural e relações econômicas e socioambientais 449
11. Práticas de ensino de História e Geografia: Metodologias de ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade, investigação, leitura crítica da realidade, territorialidade e formação para a cidadania 452

Material Digital
Legislação Específica

1. Constituição Federal de 1988: direito à educação, princípios, garantias e competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios 3
2. Organização da educação nacional: sistemas de ensino; níveis, etapas e modalidades da Educação Básica; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; 25
3. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): fundamentos, objetivos e financiamento da educação básica 25
4. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 15.388/2026): diretrizes, metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, alfabetização, qualidade da educação, inclusão, formação docente, educação integral e gestão educacional; Gestão democrática da educação, avaliação educacional, currículo e formação dos profissionais da educação 25
5. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal da Educação de Salvador para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental 26
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica 26
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil 36
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos 36
9. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos pedagógicos; competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento; alfabetização e letramento; campos de experiências da Educação Infantil; competências específicas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; organização curricular e avaliação das aprendizagens; Educação integral, currículo, interdisciplinaridade, práticas pedagógicas integradoras, diversidade e inclusão; Computação na Educação Básica: fundamentos da BNCC da Computação; pensamento computacional; cultura digital; mundo digital; tecnologias digitais aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem 44
10. Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023): inclusão digital; cidadania digital; educação midiática; uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais; desenvolvimento de competências digitais na Educação Básica 44
11. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais da criança e do adolescente; direito à educação; proteção integral; medidas de proteção; responsabilidades da escola; prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes; articulação com a rede de proteção 46
12. Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016): princípios, diretrizes e garantias voltados ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância 88
13. Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; democracia; cidadania; cultura de paz; diversidade; direitos humanos na educação básica; Educação das relações étnico-raciais, educação antirracista e enfrentamento ao racismo e às discriminações; Lei nº 10.639/2003; Lei nº 11.645/2008; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva 94
14. Política Nacional de Educação Especial 94

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

15. Atendimento Educacional Especializado (AEE) 98
16. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015) 98
17. Acessibilidade, desenho universal para aprendizagem (DUA), inclusão escolar e respeito à diversidade 117

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua "Área do Aluno" em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.
https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO; SEMÂNTICA

Diferença entre Compreensão e Interpretação

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

- **Exemplo de compreensão:**

Se o texto afirma: "Jorge era infeliz quando fumava", a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

- **Exemplo de interpretação**

Voltando à frase "Jorge era infeliz quando fumava", a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

Tipos de Linguagem

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

- **Linguagem Verbal**

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

- **Linguagem Não-Verbal**

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica "pare" por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

Intertextualidade

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada.Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

- **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.
- **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

- **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.
- **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

- **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.
- **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

- **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.
- **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

- **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.
- **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

A Função da Intertextualidade

A intertextualidade enriquece a leitura, pois permite que o leitor estabeleça conexões e compreenda melhor as intenções do autor. Ao perceber a referência a outro texto, o leitor amplia seu entendimento e aprecia o novo sentido que surge dessa relação. Além disso, a intertextualidade contribui para criar

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA E RELAÇÕES

Lógica Proposicional

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

- **Valores Lógicos**

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

▪ Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.

▪ Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

- **Axiomas fundamentais**

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: p≡p.

Exemplo: "Hoje é segunda-feira" é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: "O céu é azul e não azul" é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: "Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F."

Exemplo: "Está chovendo ou não está chovendo" é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

- **Classificação das Proposições**

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

▪ Frases interrogativas: "Quando será a prova?"

▪ Frases exclamativas: "Que maravilhoso!"

▪ Frases imperativas: "Desligue a televisão."

▪ Frases sem sentido lógico: "Esta frase é falsa."

Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

▪ Sentença fechada e verdadeira: "2 + 2 = 4"

▪ Sentença fechada e falsa: "O Brasil é uma ilha"

- **Proposições Simples e Compostas**

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

▪ p: "João é engenheiro."

▪ q: "Maria é professora."

Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: "João é engenheiro e Maria é professora."

- **Classificação de Frases**

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

▪ **"O céu é azul."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

▪ **"Quantos anos você tem?"** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

▪ **"João é alto."** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

▪ **"Seja bem-vindo!"** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

▪ **"2 + 2 = 4."** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

▪ **"Ele é muito bom."** – Sentença aberta (não se sabe quem é "ele" e o que significa "bom").

▪ **"Choveu ontem."** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **"Esta frase é falsa."** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **"Abra a janela, por favor."** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **"O número x é maior que 10."** – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Exemplo: (CESPE)
Na lista de frases apresentadas a seguir:
- "A frase dentro destas aspas é uma mentira."
- A expressão x + y é positiva.
- O valor de $\sqrt{4} + 3 = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:
(A) uma proposição;
(B) duas proposições;
(C) três proposições;
(D) quatro proposições;
(E) todas são proposições.

Resolução:
Analisemos cada alternativa:
(A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
(B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
(C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
(D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
(E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	~ ou ¬	Não p	"Hoje é domingo"	-	~p: "Hoje não é domingo"
Conjunção	^	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	p ^ q: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	v	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	p v q: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	⊕	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	p ⊕ q: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	→	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	p → q: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	↔	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	p ↔ q: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo: (VUNESP)
Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.
(A) ¬ p, p v q, p ^ q

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

ATUALIDADES

BRASIL E MUNDO (ECONOMIA, POLÍTICA E RELAÇÕES EXTERIORES)

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DE ATUALIDADES

Dentre todas as disciplinas com as quais concurseiros e estudantes de todo o país se preocupam, a de atualidades tem se tornado cada vez mais relevante. Quando pensamos em matemática, língua portuguesa, biologia, entre outras disciplinas, inevitavelmente as colocamos em um patamar mais elevado que outras que nos parecem menos importantes, pois de algum modo nos é ensinado a hierarquizar a relevância de certos conhecimentos desde os tempos de escola.

No, entanto, atualidades é o único tema que insere o indivíduo no estudo do momento presente, seus acontecimentos, eventos e transformações. O conhecimento do mundo em que se vive de modo algum deve ser visto como irrelevante no estudo para concursos, pois permite que o indivíduo vá além do conhecimento técnico e explore novas perspectivas quanto à conhecimento de mundo.

Em sua grande maioria, as questões de atualidades em concursos são sobre fatos e acontecimentos de interesse público, mas podem também apresentar conhecimentos específicos do meio político, social ou econômico, sejam eles sobre música, arte, política, economia, figuras públicas, leis etc. Seja qual for a área, as questões de atualidades auxiliam as bancas a peneirarem os candidatos e selecionarem os melhores preparados não apenas de modo técnico.

Sendo assim, estudar atualidades é o ato de se manter constantemente informado. Os temas de atualidades em concursos são sempre relevantes. É certo que nem todas as notícias que você vê na televisão ou ouve no rádio aparecem nas questões, manter-se informado, porém, sobre as principais notícias de relevância nacional e internacional em pauta é o caminho, pois são debates de extrema recorrência na mídia.

O grande desafio, nos tempos atuais, é separar o joio do trigo. Com o grande fluxo de informações que recebemos diariamente, é preciso filtrar com sabedoria o que de fato se está consumindo. Por diversas vezes, os meios de comunicação (TV, internet, rádio etc.) adaptam o formato jornalístico ou informacional para transmitirem outros tipos de informação, como fofocas, vidas de celebridades, futebol, acontecimentos de novelas, que não devem de modo algum serem inseridos como parte do estudo de atualidades. Os interesses pessoais em assuntos deste cunho não são condenáveis de modo algum, mas são triviais quanto ao estudo.

Ainda assim, mesmo que tentemos nos manter atualizados através de revistas e telejornais, o fluxo interminável e ininterrupto de informações veiculados impede que saibamos de fato como estudar. Apostilas e livros de concursos impressos também se tornam rapidamente desatualizados e obsoletos, pois atualidades é uma disciplina que se renova a cada instante.

O mundo da informação está cada vez mais virtual e tecnológico, as sociedades se informam pela internet e as compartilham em velocidades incalculáveis. Pensando nisso, a editora prepara mensalmente o material de atualidades de mais diversos campos do conhecimento (tecnologia, Brasil, política, ética, meio ambiente, jurisdição etc.) na "Área do Cliente".

Lá, o concurseiro encontrará um material completo de aula preparado com muito carinho para seu melhor aproveitamento. Com o material disponibilizado online, você poderá conferir e checar os fatos e fontes de imediato através dos veículos de comunicação virtuais, tornando a ponte entre o estudo desta disciplina tão fluida e a veracidade das informações um caminho certeiro.

QUESTÃO AMBIENTAL

A questão ambiental refere-se ao conjunto de problemas, desafios e debates relacionados à interação entre as atividades humanas e o meio ambiente. Trata-se de um tema transversal, que envolve dimensões ecológicas, econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo central nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento sustentável.

A problemática ambiental surge quando o uso dos recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração dos ecossistemas, comprometendo o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida das populações. Nesse sentido, não se trata apenas da natureza em si, mas da forma como a sociedade organiza sua produção, consumo e ocupação do espaço.

Para compreender melhor esse conceito, é importante considerar os principais elementos que compõem a questão ambiental:

- Uso intensivo dos recursos naturais sem planejamento adequado.
- Geração de impactos ambientais decorrentes das atividades econômicas.
- Interferência humana nos ciclos naturais.
- Conflitos entre crescimento econômico e preservação ambiental.
- Desigualdade na distribuição dos impactos ambientais entre diferentes grupos sociais.

Esses aspectos demonstram que a questão ambiental vai além de um problema ecológico, sendo também uma questão social e política.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

▸ Relação entre sociedade, economia e natureza

Interdependência entre os sistemas

A relação entre sociedade, economia e natureza é marcada por uma forte interdependência. A natureza fornece os recursos necessários para a produção econômica, como água, energia, solo e matérias-primas, enquanto a sociedade organiza e transforma esses recursos em bens e serviços.

No entanto, esse processo frequentemente ocorre de maneira predatória, especialmente em modelos econômicos baseados no crescimento contínuo e no consumo intensivo. A exploração excessiva dos recursos naturais pode levar à degradação ambiental, à escassez de recursos e à perda de biodiversidade.

Essa relação pode ser sintetizada na seguinte tabela:

Elemento	Função principal	Impacto na questão ambiental
Natureza	Fornecimento de recursos e serviços ecológicos	Sofre degradação e esgotamento
Economia	Transformação de recursos em bens	Gera impactos e pressões ambientais
Sociedade	Consumo e organização social	Determina padrões de uso e exploração

A análise dessa interdependência é essencial para compreender que soluções ambientais exigem mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo.

▸ Origem histórica dos problemas ambientais modernos

Industrialização e intensificação dos impactos

Os problemas ambientais contemporâneos têm origem, em grande parte, no processo de industrialização iniciado no século XVIII, com a Revolução Industrial. Esse período marcou uma transformação profunda na forma de produção, com o uso intensivo de máquinas, combustíveis fósseis e recursos naturais.

A partir desse momento, houve um aumento significativo na extração de recursos e na emissão de poluentes, intensificando os impactos ambientais. O crescimento urbano acelerado e a expansão das atividades industriais contribuíram para a degradação ambiental em larga escala.

Entre os principais fatores históricos que impulsionaram a questão ambiental, destacam-se:

- Expansão industrial baseada no uso de carvão e petróleo.
- Crescimento populacional e aumento da demanda por recursos.
- Urbanização desordenada e falta de planejamento ambiental.
- Modelo econômico centrado no consumo e na produção em massa.

Esses processos históricos ajudam a explicar por que a questão ambiental se tornou um dos principais desafios do século XXI.

▸ Crescimento econômico e pressão sobre recursos naturais

Limites do modelo de desenvolvimento tradicional

O crescimento econômico, especialmente quando baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, exerce forte pressão sobre o meio ambiente. O modelo tradicional de desenvolvimento, centrado no aumento da produção e do consumo, tende a ignorar os limites ecológicos do planeta.

Esse padrão resulta em problemas como desmatamento, poluição, esgotamento de recursos e mudanças climáticas. Além disso, muitas vezes os benefícios do crescimento econômico não são distribuídos de forma equitativa, enquanto os impactos ambientais recaem de maneira desproporcional sobre populações vulneráveis.

A compreensão desses limites levou ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que busca conciliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social.

▸ Importância da questão ambiental nas atualidades

Centralidade do tema no cenário global

A questão ambiental tornou-se um dos temas mais relevantes da atualidade, sendo objeto de debates internacionais, políticas públicas e mobilizações sociais. Problemas como mudanças climáticas, perda de biodiversidade e escassez de recursos afetam diretamente a economia, a saúde e a estabilidade social.

Hoje, a preocupação ambiental está presente em diversas áreas, incluindo:

- Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.
- Estratégias empresariais e responsabilidade socioambiental.
- Educação e conscientização da população.
- Investimentos e mercados financeiros sustentáveis.

Dessa forma, compreender os fundamentos da questão ambiental é essencial para analisar os desafios contemporâneos e pensar em soluções viáveis para o futuro.

Principais problemas ambientais contemporâneos

▸ Mudanças climáticas e aquecimento global

Causas, evidências e consequências

As mudanças climáticas representam um dos mais graves problemas ambientais da atualidade. Elas consistem em alterações nos padrões climáticos globais, especialmente o aumento da temperatura média do planeta, fenômeno conhecido como aquecimento global.

A principal causa desse processo é a intensificação do efeito estufa, decorrente da emissão excessiva de gases como dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4) e óxidos de nitrogênio, resultantes principalmente da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e atividades industriais.

As consequências das mudanças climáticas são amplas e afetam diferentes dimensões da vida no planeta. Para organizar essas implicações, é importante observar:

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO. PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. EDUCAÇÃO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE

Concepções contemporâneas de infância e de criança

A infância como construção histórica e social

A infância não constitui uma categoria natural e universal, mas uma construção histórica, social e cultural que se transforma conforme mudam as condições econômicas, políticas e simbólicas de cada sociedade. Durante séculos, a criança foi compreendida como um adulto em miniatura, desprovida de especificidades próprias, submetida a papéis produtivos precoces e a relações de subordinação que pouco reconheciam suas particularidades de desenvolvimento. A emergência da infância como fase diferenciada da vida humana está associada a transformações profundas nas estruturas familiares, no papel do Estado e na organização do trabalho, sobretudo a partir da modernidade, quando a criança passa a ser vista como sujeito em formação, merecedor de cuidado, proteção e educação específicos.

Essa mudança de perspectiva não ocorreu de modo linear nem uniforme entre diferentes grupos sociais, etnias e classes. Crianças pobres, negras, indígenas e de contextos rurais frequentemente foram excluídas dos discursos protetivos que se consolidavam para as elites urbanas, permanecendo submetidas a formas de exploração do trabalho infantil e a processos de exclusão educacional. Reconhecer essa desigualdade histórica é fundamental para compreender por que as políticas contemporâneas de educação infantil insistem tanto na equidade e na garantia universal de direitos, e não apenas na oferta genérica de vagas.

A criança como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura

As concepções contemporâneas superam a visão da criança como receptáculo passivo de estímulos externos ou como projeto de adulto incompleto. A criança passa a ser compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade e conhecimento nas interações sociais, na linguagem, na brincadeira e nas múltiplas experiências sensoriais, expressivas, corporais e cognitivas que caracterizam esse período da vida. Essa concepção rompe com modelos adultocêntricos, que avaliam a criança apenas pelo que ela ainda não é capaz de fazer em comparação ao adulto, valorizando, ao contrário, as competências, saberes e formas próprias de comunicação que ela já possui.

A noção de protagonismo infantil

O protagonismo infantil se refere à capacidade da criança de agir intencionalmente sobre o mundo, expressar preferências, construir significados e influenciar as relações que estabelece com adultos e outras crianças. Isso não significa ausência de mediação adulta, mas reconhecimento de que a criança participa ativamente dos processos que a envolvem, opinando, escolhendo e reorganizando situações de aprendizagem propostas pelo educador. A pedagogia contemporânea entende que a escuta atenta das manifestações infantis, verbais e não verbais, é condição para práticas pedagógicas coerentes com essa concepção.

Diferentes campos do conhecimento contribuíram para essa mudança paradigmática, entre eles a sociologia da infância, a psicologia do desenvolvimento e a antropologia da criança. A sociologia da infância, por exemplo, evidencia que crianças produzem culturas próprias, denominadas culturas infantis, que não são simples reproduções do mundo adulto, mas sistemas simbólicos originais construídos coletivamente por meio de brincadeiras, jogos, rituais e linguagens específicas de cada grupo etário e contexto social.

Para compreender melhor as rupturas entre concepções tradicionais e contemporâneas de infância, é útil observar comparativamente alguns eixos que marcam essa transição.

- **Concepção tradicional:** criança vista como adulto em miniatura, incompleta e passiva
- **Concepção contemporânea:** criança vista como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura
- **Concepção tradicional:** aprendizagem centrada na transmissão direta de conteúdos pelo adulto
- **Concepção contemporânea:** aprendizagem construída nas interações, na brincadeira e na experiência
- **Concepção tradicional:** educação infantil voltada à preparação para etapas posteriores de escolarização
- **Concepção contemporânea:** educação infantil com finalidades próprias, vinculadas ao desenvolvimento integral

Essas oposições não devem ser lidas como compartimentos estanques, pois práticas pedagógicas reais frequentemente combinam elementos de diferentes tradições, ainda que o marco legal e teórico contemporâneo estabeleça claramente a direção que se espera da educação infantil na atualidade. A compreensão da criança como sujeito ativo exige do educador uma postura de observação constante, disponibilidade para reorganizar o planejamento a partir das respostas das crianças e valorização de manifestações espontâneas como fontes legítimas de aprendizagem.

Implicações pedagógicas das concepções contemporâneas

Assumir a criança como sujeito histórico e de direitos implica reorganizar completamente a lógica do trabalho pedagógico. O planejamento deixa de ser prescritivo e sequencial, centrado exclusivamente em conteúdos fixados a priori, e passa a incorporar

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

a escuta das crianças, a documentação pedagógica de seus processos e a flexibilização de tempos e espaços. O educador assume papel de mediador, organizador de contextos ricos de aprendizagem e observador sistemático, e não apenas de transmissor de informações.

Essa reorganização também impacta a avaliação, que se torna processual e formativa, orientada a compreender os percursos individuais e coletivos de desenvolvimento, e não a classificar ou hierarquizar crianças segundo padrões de desempenho pré-estabelecidos. A concepção contemporânea de infância, portanto, não é apenas um enunciado teórico, mas uma orientação prática que atravessa todas as decisões cotidianas da instituição educativa, desde a organização do espaço físico até a forma como o adulto se dirige à criança nas situações mais simples do cotidiano.

Pedagogia da infância como campo teórico e prático

Fundamentos e especificidade da pedagogia da infância

A pedagogia da infância constitui um campo teórico e prático que se distingue da pedagogia escolar tradicional por reconhecer especificidades próprias do desenvolvimento e da aprendizagem na primeira infância. Diferentemente de abordagens que aplicam à educação infantil lógicas curriculares e didáticas concebidas para o ensino fundamental, a pedagogia da infância parte da premissa de que crianças pequenas aprendem por meio de processos sensoriais, corporais, simbólicos e relacionais que exigem organização pedagógica própria, fundamentada na indissociabilidade entre cuidar e educar.

Essa indissociabilidade é um dos pilares mais relevantes desse campo. Cuidar e educar não são dimensões separadas ou hierarquizadas, em que o cuidado seria uma ação assistencialista e a educação uma ação intelectual mais valorizada. Ao contrário, alimentar, higienizar, acolher emocionalmente e proporcionar experiências de aprendizagem são atos simultaneamente educativos, pois cada gesto de cuidado carrega dimensões afetivas, comunicativas e formativas que constituem a criança integralmente. Um profissional que troca a fralda de um bebê, por exemplo, está também estabelecendo vínculo, comunicando-se, respeitando o corpo da criança e oferecendo modelos de interação que serão internalizados.

A superação da dicotomia entre assistência e educação

Historicamente, instituições de atendimento à infância pequena estiveram vinculadas a políticas assistenciais, voltadas sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto a educação formal se reservava a crianças maiores, em instituições de caráter mais pedagógico. A consolidação da pedagogia da infância como campo específico rompeu com essa dicotomia, afirmando que toda criança, independentemente de sua condição socioeconômica, tem direito a uma educação de qualidade desde o nascimento, integrada ao cuidado, e não subordinada a ele nem dele dissociada.

Princípios organizadores da prática pedagógica na infância

A prática pedagógica orientada pela pedagogia da infância se organiza a partir de alguns princípios centrais que orientam a ação cotidiana do educador. Entre eles, destacam-se a intencionalidade pedagógica, que exige planejamento consciente mesmo em situações aparentemente espontâneas; a documentação pedagógica, que registra sistematicamente os processos das crianças por meio de fotografias, relatos, produções e observações; e a organização de ambientes provocadores, que convidam à exploração, à investigação e à interação.

A intencionalidade pedagógica não deve ser confundida com rigidez ou diretividade excessiva. Trata-se de um planejamento aberto, que prevê possibilidades, disponibiliza materiais e organiza tempos e espaços de modo a favorecer aprendizagens significativas, mas que permanece sensível às respostas das crianças, permitindo reorientações constantes. Esse tipo de planejamento exige do educador conhecimento profundo sobre desenvolvimento infantil, sobre os interesses do grupo específico com quem trabalha e sobre as possibilidades pedagógicas de cada material e situação oferecidos.

Para sistematizar a compreensão sobre os papéis que compõem a prática pedagógica na infância, é útil considerar comparativamente as dimensões que estruturam esse trabalho.

- **Dimensão da observação:** acompanhamento sistemático dos processos individuais e coletivos das crianças
- **Dimensão da documentação:** registro das aprendizagens por meio de múltiplas linguagens e suportes
- **Dimensão da organização de ambientes:** disposição intencional de espaços, materiais e tempos pedagógicos
- **Dimensão da mediação:** intervenção sensível do adulto nas interações e conflitos entre as crianças
- **Dimensão da avaliação formativa:** análise contínua dos percursos de desenvolvimento sem classificação comparativa

Essas dimensões operam de modo integrado e simultâneo na rotina pedagógica, e não como etapas sucessivas de um processo linear. Um educador experiente frequentemente observa, documenta, organiza e avalia de forma entrelaçada durante uma mesma situação de aprendizagem, o que exige formação continuada robusta e tempo institucional garantido para planejamento coletivo e reflexão sobre a prática.

A formação docente para a pedagogia da infância

A especificidade da pedagogia da infância exige formação docente que vá além do conhecimento de conteúdos disciplinares, incorporando saberes sobre desenvolvimento infantil, sobre linguagens artísticas e corporais, sobre organização de rotinas e sobre observação e documentação pedagógica. Muitos cursos de formação inicial ainda reproduzem lógicas curriculares voltadas para etapas posteriores da escolarização, o que gera lacunas na preparação de profissionais para atuar com bebês e crianças pequenas.

A formação continuada, nesse sentido, assume papel decisivo na consolidação de práticas coerentes com os princípios da pedagogia da infância, sobretudo quando organizada de forma colaborativa, com espaços institucionais de planejamento conjunto, análise de registros e discussão de casos concretos vivenciados pelos próprios educadores em sua realidade de trabalho. A qualidade da educação infantil depende diretamente da qualidade dessa formação e das condições objetivas de trabalho oferecidas às equipes pedagógicas, incluindo tempo remunerado para planejamento e estudo.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, VISUAIS E MULTISSEMIÓTICOS. TEMA, IDEIA CENTRAL, FINALIDADE COMUNICATIVA E SÍNTESE TEXTUAL. INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS: PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFERÊNCIAS. RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS, CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

▸ Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸ Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸ Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

ARGUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: TESE, ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS. ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS. OPERADORES ARGUMENTATIVOS E SUA FUNÇÃO NO TEXTO. COERÊNCIA ARGUMENTATIVA E PROGRESSÃO TEMÁTICA

Argumentação

O ato de comunicação não visa apenas transmitir uma informação a alguém. Quem comunica pretende criar uma imagem positiva de si mesmo (por exemplo, a de um sujeito educado, ou inteligente, ou culto), quer ser aceito, deseja que o que diz seja admitido como verdadeiro. Em síntese, tem a intenção de convencer, ou seja, tem o desejo de que o ouvinte creia no que o texto diz e faça o que ele propõe.

Se essa é a finalidade de que todo ato de comunicação e todo texto contém um componente argumentativo, a argumentação é o conjunto de recursos de natureza linguística destinados a persuadir a pessoa a quem a comunicação se destina. Além disso, está presente em todo tipo de texto e visa promover adesão às teses e aos pontos de vista defendidos.

As pessoas costumam pensar que o argumento é apenas uma prova de verdade ou uma razão indiscutível para comprovar a veracidade de um fato. Contudo, o argumento é mais que isso: como dito anteriormente, é um recurso de linguagem utilizado para levar o interlocutor a crer naquilo que está sendo dito, ou seja, aceitar como verdadeiro o que está sendo transmitido. A argumentação pertence ao domínio da retórica, arte de persuadir as pessoas mediante ao uso de recursos de linguagem.

Para compreender claramente o que é um argumento, é bom voltar ao que diz Aristóteles, filósofo grego do século IV a.C., numa obra intitulada “Tópicos: os argumentos são úteis quando se tem de escolher entre duas ou mais coisas”.

Se tivermos de escolher entre uma coisa vantajosa e uma desvantajosa, como a saúde e a doença, não precisamos argumentar. Suponhamos, no entanto, que tenhamos de escolher entre duas coisas igualmente vantajosas, a riqueza e a saúde. Nesse caso, precisamos argumentar sobre qual das duas é mais desejável. O argumento pode então ser definido como qualquer recurso que torna uma coisa mais desejável que outra. Isso significa que ele atua no domínio do preferível. Ele é utilizado para fazer o interlocutor crer que, entre duas teses, uma é mais provável que a outra, mais possível que a outra, mais desejável que a outra, e mais preferível à outra.

O objetivo da argumentação não é demonstrar a verdade de um fato, mas levar o ouvinte a admitir como verdadeiro o que o enunciador está propondo.

Há uma diferença entre o raciocínio lógico e a argumentação. O primeiro opera no domínio do necessário, ou seja, pretende demonstrar que uma conclusão deriva necessariamente das premissas propostas, que se deduz obrigatoriamente dos postulados admitidos. No raciocínio lógico, as conclusões não dependem de crenças, de uma maneira de ver o mundo, mas sim do encadeamento de premissas e conclusões.

Por exemplo, um raciocínio lógico é o seguinte encadeamento:

- A é igual a B.
- A é igual a C.
- Então: C é igual a B.

Admitidos os dois postulados, a conclusão é, obrigatoriamente, que C é igual a A.

Outro exemplo:

Todo ruminante é um mamífero.

A vaca é um ruminante.

Logo, a vaca é um mamífero.

Admitidas como verdadeiras as duas premissas, a conclusão também será verdadeira.

No domínio da argumentação, as coisas são diferentes. Nele, a conclusão não é necessária, não é obrigatória. Por isso, deve-se mostrar que ela é a mais desejável, a mais provável, a mais plausível.

Se o Banco do Brasil fizer uma propaganda dizendo-se mais confiável do que os concorrentes porque existe desde a chegada da família real portuguesa ao Brasil, ele estará dizendo-nos que um banco com quase dois séculos de existência é sólido e, por isso, confiável. Embora não haja relação necessária entre a solidez de uma instituição bancária e sua antiguidade, esta tem peso argumentativo na afirmação da confiabilidade de um banco. Portanto é provável que se creia que um banco mais antigo seja mais confiável do que outro fundado há dois ou três anos.

Enumerar todos os tipos de argumentos é uma tarefa quase impossível, tantas são as formas de que nos valemos para fazer as pessoas preferirem uma coisa a outra. Por isso, é importante entender bem como eles funcionam.

Já vimos diversas características dos argumentos. É preciso acrescentar mais uma: o convencimento do interlocutor, o auditório, que pode ser individual ou coletivo, será tanto mais fácil quanto mais os argumentos estiverem de acordo com suas crenças, suas expectativas, seus valores.

Não se pode convencer um auditório pertencente a uma dada cultura enfatizando coisas que ele abomina. Será mais fácil convencê-lo valorizando coisas que ele considera positivas. No Brasil, a publicidade da cerveja vem com frequência associada ao futebol, ao gol, à paixão nacional. Nos Estados Unidos, essa associação certamente não surtiria efeito, porque lá o futebol não é valorizado da mesma forma que no Brasil.

O poder persuasivo de um argumento está vinculado ao que é valorizado ou desvalorizado numa dada cultura.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – MATEMÁTICA

NÚMEROS NATURAIS: SIGNIFICADOS, USOS SOCIAIS E SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL. NÚMEROS INTEIROS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÃO E COMPARAÇÃO. NÚMEROS RACIONAIS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA E DECIMAL, EQUIVALÊNCIA, COMPARAÇÃO, ORDENAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA RETA NUMÉRICA. OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS: SIGNIFICADOS, PROPRIEDADES E PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO ENVOLVENDO ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO. CÁLCULO MENTAL, ESTIMATIVA, USO DE ESTRATÉGIAS DE VERIFICAÇÃO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS. MÚLTIPLOS E DIVISORES. DIVISIBILIDADE E NÚMEROS PRIMOS.

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

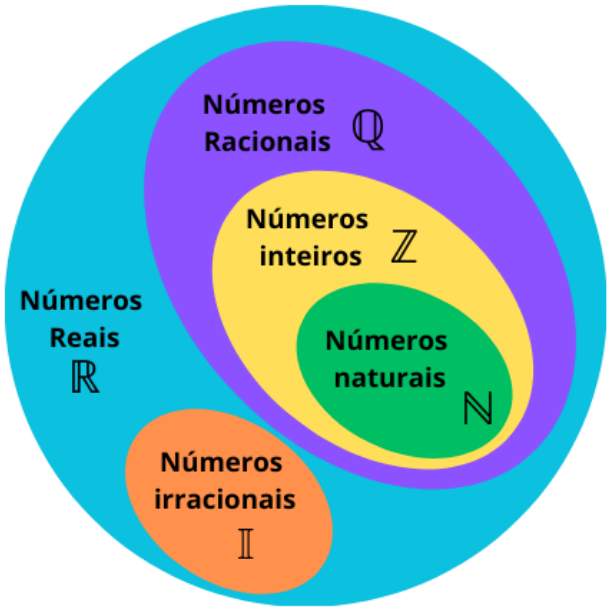
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

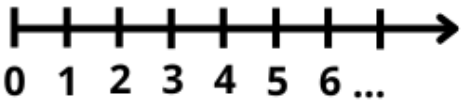
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

N* = {1, 2, 3, 4...} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

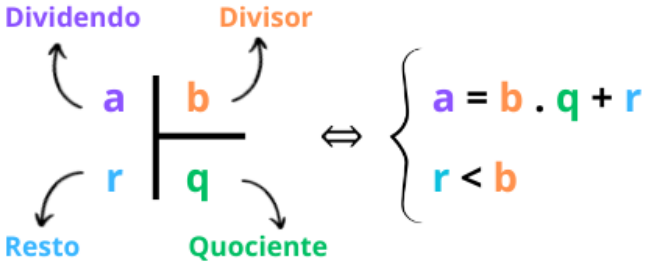
Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS DA NATUREZA

VIDA, AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE . BIODIVERSIDADE, PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

Biodiversidade é a variedade de formas de vida existentes em determinada região ou em todo o planeta. Ela inclui os seres vivos, suas características genéticas, as relações estabelecidas entre eles e os ecossistemas dos quais participam. Quanto maior a diversidade biológica, maiores são as possibilidades de adaptação das populações às mudanças ambientais.

A biodiversidade pode ser compreendida em três níveis principais:

- **Diversidade genética:** corresponde às diferenças hereditárias existentes entre indivíduos de uma mesma espécie.
- **Diversidade de espécies:** refere-se à variedade de espécies de animais, plantas, fungos e microrganismos.
- **Diversidade de ecossistemas:** envolve diferentes ambientes, como florestas, campos, rios, manguezais e oceanos.

A diversidade genética aumenta a capacidade de sobrevivência das espécies diante de doenças e mudanças ambientais. A diversidade de espécies mantém as interações ecológicas, enquanto a variedade de ecossistemas oferece diferentes condições de abrigo, alimentação e reprodução.

Organização dos ecossistemas

Um ecossistema é formado pela interação entre componentes bióticos, representados pelos seres vivos, e componentes abióticos, como água, luz, temperatura, ar e solo. Esses elementos influenciam a distribuição e a sobrevivência dos organismos.

Habitat é o local em que uma espécie vive. Nicho ecológico corresponde ao modo como ela utiliza os recursos, relaciona-se com outros organismos e desempenha sua função no ambiente. Indivíduos da mesma espécie formam uma população. Diferentes populações que vivem em uma área constituem uma comunidade.

Cadeias alimentares e fluxo de energia

Nas cadeias alimentares, os produtores transformam energia luminosa em energia química. Os consumidores obtêm energia ao se alimentar de outros organismos. Os decompositores utilizam matéria orgânica e devolvem nutrientes ao ambiente.

A energia diminui a cada nível alimentar porque parte dela é utilizada nas atividades vitais e liberada na forma de calor. A matéria, ao contrário, circula por ciclos, como os da água, do carbono e do nitrogênio.

Serviços ecossistêmicos

Os ecossistemas fornecem benefícios essenciais, denominados serviços ecossistêmicos. Entre eles estão a produção de alimentos, a polinização, a fertilidade do solo, a regulação do clima, a purificação da água e a proteção contra erosões e enchentes. A perda da biodiversidade compromete esses serviços e afeta diretamente a saúde, a economia e a qualidade de vida humana.

Ameaças à biodiversidade e impactos ambientais

Destruição e fragmentação dos habitats

A destruição dos habitats é uma das principais causas da perda de biodiversidade. Florestas, manguezais, campos e outros ambientes naturais são substituídos por áreas urbanas, atividades agropecuárias, estradas, barragens e empreendimentos industriais.

A fragmentação ocorre quando um ambiente contínuo é dividido em áreas menores e isoladas. Mesmo que parte da vegetação permaneça, o isolamento pode dificultar a alimentação, a reprodução e o deslocamento das espécies. Populações pequenas também ficam mais vulneráveis à perda de diversidade genética.

Poluição e exploração excessiva

A poluição da água pode ser causada por esgoto, resíduos industriais, agrotóxicos e descarte inadequado de materiais. No solo, substâncias tóxicas prejudicam organismos e podem contaminar alimentos e águas subterrâneas. A poluição atmosférica afeta a saúde e interfere no equilíbrio climático.

A exploração excessiva ocorre quando recursos são retirados em velocidade superior à sua capacidade de renovação. Pesca predatória, caça ilegal, desmatamento e coleta descontrolada podem reduzir drasticamente as populações.

Mudanças climáticas

O aumento da concentração de gases de efeito estufa intensifica o aquecimento global e modifica padrões de temperatura e precipitação. Essas alterações afetam períodos de reprodução, migração, floração e disponibilidade de alimentos.

Espécies adaptadas a condições ambientais específicas podem não conseguir deslocar-se ou ajustar-se rapidamente. Ambientes costeiros, recifes de corais, regiões polares e áreas secas apresentam grande vulnerabilidade.

Espécies exóticas invasoras

Espécie exótica é aquela introduzida fora de sua área natural. Quando ela se espalha, compete com espécies nativas e provoca desequilíbrios, passa a ser considerada invasora.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

As principais ameaças e seus efeitos podem ser comparados no quadro:

Ameaça	Consequência predominante
Desmatamento	Perda direta de habitat
Fragmentação	Isolamento das populações
Poluição	Contaminação dos organismos e recursos
Exploração excessiva	Redução das populações
Espécies invasoras	Competição e desequilíbrio ecológico
Mudanças climáticas	Alteração das condições ambientais

- **Extinção e consequências sociais**

Extinção é o desaparecimento definitivo de uma espécie. Cada perda pode alterar cadeias alimentares, relações de polinização e processos de decomposição. A degradação também prejudica comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais, ampliando insegurança alimentar, conflitos territoriais e desigualdades sociais.

Preservação, conservação e recuperação ambiental

- **Preservação e conservação**

Preservação ambiental busca manter ecossistemas protegidos da exploração e de alterações humanas intensas. Conservação corresponde ao uso planejado dos recursos naturais, de modo que eles permaneçam disponíveis e os processos ecológicos sejam mantidos.

Os dois conceitos são complementares. Algumas áreas precisam de proteção mais rigorosa, enquanto outras podem permitir atividades de pesquisa, turismo, manejo ou uso comunitário sustentável.

- **Áreas protegidas e espécies ameaçadas**

As unidades de conservação são áreas destinadas à proteção de ecossistemas, paisagens e espécies. Algumas possuem regras mais restritivas, enquanto outras admitem o uso sustentável de parte de seus recursos.

A proteção de espécies ameaçadas exige identificação das causas do declínio populacional. Combate à caça e ao tráfico, reprodução controlada, preservação de habitats e monitoramento são medidas possíveis. Manter apenas indivíduos em cativeiro não substitui a conservação dos ambientes naturais.

- **Corredores ecológicos**

Corredores ecológicos conectam fragmentos de vegetação e permitem o deslocamento dos organismos. Essa conexão favorece alimentação, reprodução e troca genética entre populações.

A instalação de passagens para animais em estradas também reduz atropelamentos. A localização dessas estruturas deve ser definida com base no conhecimento das espécies e de suas rotas de deslocamento.

- **Recuperação de áreas degradadas**

Recuperar uma área não significa apenas plantar árvores. É necessário analisar o solo, a água, as espécies nativas, as fontes de degradação e as relações ecológicas existentes.

As principais etapas de uma recuperação podem envolver:

- Interrupção do desmatamento, da poluição ou de outras causas da degradação.
- Controle de erosões e recuperação da qualidade do solo.
- Retirada ou controle de espécies exóticas invasoras.
- Plantio de espécies nativas adequadas ao ecossistema.
- Monitoramento da sobrevivência das plantas e do retorno da fauna.

- **Participação social e conhecimentos tradicionais**

Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas e outros grupos tradicionais possuem conhecimentos sobre espécies, ciclos naturais e formas de manejo. Sua participação contribui para estratégias de conservação mais adequadas aos territórios.

A proteção ambiental também depende de pesquisa científica, fiscalização, políticas públicas e educação ambiental. A população pode colaborar por meio do uso responsável dos recursos, da denúncia de crimes ambientais e da participação em decisões que afetem os ecossistemas.

Sustentabilidade e práticas para o desenvolvimento responsável

- **Conceito de sustentabilidade**

Sustentabilidade é a capacidade de atender às necessidades atuais sem comprometer as condições necessárias à vida das gerações futuras. Ela exige equilíbrio entre proteção ambiental, justiça social e viabilidade econômica.

Uma atividade não é sustentável apenas porque reduz determinado impacto. Também é necessário verificar o consumo de água e energia, a geração de resíduos, as condições de trabalho e os efeitos sobre as comunidades.

- **Consumo consciente e gestão de resíduos**

O consumo consciente envolve avaliar a necessidade de comprar, a origem dos produtos, sua durabilidade e as condições de descarte. A reciclagem é importante, mas deve ser precedida pela redução do consumo e pela reutilização.

Os cinco erres orientam práticas mais responsáveis:

- Repensar hábitos e avaliar os impactos das escolhas.
- Recusar produtos desnecessários ou ambientalmente prejudiciais.
- Reduzir o consumo de materiais, água e energia.
- Reutilizar objetos antes de descartá-los.
- Reciclar materiais que não possam ser novamente utilizados.

A economia circular procura manter produtos e materiais em uso por mais tempo. Ela estimula reparo, reaproveitamento, reciclagem e redução da extração de matérias-primas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – HISTÓRIA/GEOGRAFIA

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: FONTES HISTÓRICAS, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO. NOÇÕES DE TEMPO HISTÓRICO: DURAÇÃO, SIMULTANEIDADE, ANTERIORIDADE, POSTERIORIDADE, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Fundamentos da História e construção do conhecimento histórico

▸ A História como campo do conhecimento

Passado, História e conhecimento histórico

O passado corresponde ao conjunto de acontecimentos, experiências, relações e processos que ocorreram antes do presente. Ele não pode ser recuperado integralmente, pois grande parte das ações humanas não deixou registros, enquanto muitos vestígios foram destruídos, modificados ou esquecidos. A História, por sua vez, é o campo do conhecimento que investiga esse passado por meio da análise crítica dos vestígios deixados pelas sociedades.

O conhecimento histórico não constitui uma reprodução exata dos acontecimentos. Ele resulta de uma construção intelectual realizada a partir de perguntas, métodos de investigação, seleção de fontes e interpretação das evidências disponíveis. Por essa razão, estudar História não significa apenas memorizar datas, personagens ou fatos isolados, mas compreender relações sociais, conflitos, mudanças, permanências e diferentes formas de organização da vida humana.

Os sujeitos históricos

Durante muito tempo, as narrativas históricas concentraram-se em reis, governantes, militares e grandes acontecimentos políticos. Com a ampliação dos estudos históricos, diferentes grupos passaram a ser reconhecidos como sujeitos históricos, incluindo trabalhadores, mulheres, povos indígenas, populações africanas e afrodescendentes, crianças, comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Ser sujeito histórico significa participar da construção da vida coletiva, ainda que essa participação não esteja registrada em documentos oficiais. As ações individuais ocorrem dentro de contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, mas os indivíduos e os grupos também podem transformar esses contextos.

▸ A produção do conhecimento histórico

O trabalho do historiador

O historiador formula problemas relacionados ao passado e procura respondê-los por meio da investigação. Uma pesquisa histórica geralmente começa com uma pergunta, como: quais fatores contribuíram para determinado conflito? Como um grupo social vivia em certa época? Por que determinadas práticas permaneceram enquanto outras foram abandonadas?

Para desenvolver a pesquisa, o historiador localiza fontes, verifica sua origem, identifica seus produtores, analisa sua linguagem e compara diferentes evidências. Esse trabalho exige atenção ao contexto em que cada documento foi produzido, pois nenhum registro é neutro ou completamente transparente.

As etapas fundamentais da investigação histórica podem ser compreendidas da seguinte maneira:

- Definição de um tema e formulação de um problema histórico.
- Levantamento e seleção de fontes relacionadas ao problema.
- Análise da autoria, da finalidade e do contexto de produção das fontes.
- Comparação entre diferentes registros e interpretações.
- Organização dos argumentos e elaboração da narrativa histórica.

Interpretação e diversidade de perspectivas

Um mesmo acontecimento pode ser estudado a partir de diferentes perspectivas. Uma guerra, por exemplo, pode ser investigada por seus aspectos militares, econômicos, políticos, culturais ou cotidianos. Também pode ser observada do ponto de vista dos governantes, dos soldados, da população civil ou dos grupos derrotados.

As interpretações históricas podem mudar quando novas fontes são descobertas, novos métodos são desenvolvidos ou questões antes ignoradas passam a ser consideradas. Isso não significa que qualquer explicação seja válida. Uma interpretação precisa ser coerente, fundamentada em evidências e construída por meio de procedimentos críticos.

Fatos e processos históricos

Os fatos históricos são acontecimentos situados no tempo e no espaço, como a aprovação de uma lei, uma revolta ou a assinatura de um acordo. Entretanto, eles não devem ser analisados de forma isolada. Cada fato está relacionado a processos mais amplos, que podem envolver transformações econômicas, disputas políticas, mudanças culturais ou conflitos sociais.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A análise histórica busca estabelecer conexões entre diferentes acontecimentos, sem reduzir processos complexos a uma causa única. As sociedades são formadas por múltiplos interesses e relações, o que exige explicações capazes de considerar a diversidade dos fatores envolvidos.

Fontes históricas e produção do conhecimento histórico

O conceito de fonte histórica

Vestígios das experiências humanas

Fontes históricas são vestígios produzidos ou modificados pelos seres humanos que podem fornecer informações sobre as sociedades do passado. Elas não são apenas documentos escritos e oficiais. Objetos, construções, fotografias, depoimentos, músicas, filmes, mapas, roupas, ferramentas, paisagens transformadas e registros digitais também podem ser utilizados em uma investigação histórica.

Um vestígio não apresenta automaticamente todas as informações que contém. Ele se torna fonte histórica quando é interrogado pelo pesquisador. Uma fotografia, por exemplo, pode ser analisada para investigar vestimentas, relações familiares, formas de trabalho, espaços urbanos, técnicas de registro ou maneiras de representar determinados grupos.

Tipos de fontes históricas

Diversidade dos registros

A classificação das fontes auxilia a organização da pesquisa, mas uma mesma fonte pode pertencer a mais de uma categoria. Um filme, por exemplo, reúne imagens, sons, linguagem escrita, técnicas artísticas e valores culturais.

Entre os principais tipos de fontes, destacam-se:

- **Fontes escritas:** cartas, leis, jornais, diários, livros, atas, contratos e registros administrativos.
- **Fontes orais:** entrevistas, relatos de vida, depoimentos, lendas, cantos e tradições transmitidas pela fala.
- **Fontes visuais:** pinturas, fotografias, gravuras, cartazes, mapas, desenhos e charges.
- **Fontes materiais:** edifícios, moedas, utensílios, ferramentas, vestimentas, monumentos e objetos arqueológicos.
- **Fontes sonoras e audiovisuais:** músicas, discursos gravados, programas de rádio, filmes e vídeos.
- **Fontes digitais:** mensagens eletrônicas, páginas virtuais, publicações em redes sociais, bancos de dados e arquivos eletrônicos.

Fontes primárias e secundárias

As fontes primárias são produzidas no período ou no contexto diretamente relacionado ao objeto estudado. Uma carta escrita por um soldado durante uma guerra pode ser considerada uma fonte primária para a investigação daquele conflito.

As fontes secundárias são elaboradas posteriormente, com base na análise de outras fontes. Livros didáticos, artigos acadêmicos, documentários históricos e obras de síntese geralmente pertencem a essa categoria. A classificação depende do problema de pesquisa. Um livro de História publicado no passado pode ser uma fonte secundária para o período que descreve e uma fonte primária para o estudo das ideias históricas da época em que foi publicado.

A análise crítica das fontes

Autoria, contexto e finalidade

Toda fonte foi produzida em determinadas circunstâncias. Para analisá-la, é necessário identificar quem a produziu, quando, onde, com qual finalidade e para qual público. Um relatório governamental pode apresentar informações diferentes de uma carta pessoal, mesmo que ambos tratem do mesmo acontecimento.

O pesquisador também deve observar a linguagem utilizada, os interesses envolvidos e as informações que foram omitidas. Documentos oficiais podem privilegiar a visão das autoridades, enquanto determinados grupos sociais podem aparecer apenas de forma indireta.

A análise crítica de uma fonte envolve algumas perguntas fundamentais:

- Quem produziu o registro e qual posição social ocupava?
- Em que contexto político, econômico e cultural ele foi elaborado?
- Qual era sua finalidade e a quem se destinava?
- Quais informações são apresentadas, destacadas ou silenciadas?
- Que outras fontes podem confirmar, complementar ou questionar seu conteúdo?

Cruzamento das evidências

Uma única fonte raramente é suficiente para explicar um processo histórico. Por isso, os historiadores cruzam documentos de diferentes origens. O confronto entre registros permite identificar contradições, interesses e perspectivas diversas.

Fontes não são verdadeiras ou falsas apenas por sua natureza. Mesmo um documento que contenha distorções pode revelar valores, medos, objetivos ou estratégias de quem o produziu. O trabalho histórico consiste em compreender tanto as informações explícitas quanto as condições sociais que orientaram sua produção.

Memória e patrimônio histórico-cultural

Memória e experiência social

Memória individual e coletiva

A memória é a capacidade de recordar, selecionar e atribuir significado a experiências passadas. Ela possui uma dimensão individual, relacionada às lembranças pessoais, e uma dimensão coletiva, construída por famílias, comunidades, instituições e grupos sociais.

As lembranças individuais são influenciadas pelo meio social. Datas comemorativas, relatos familiares, cerimônias, monumentos, fotografias e ensinamentos escolares contribuem para determinar o que é lembrado e como determinado acontecimento é interpretado.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!